

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA FIM (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN



SUA PROVA

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:
o cartão-resposta das questões objetivas.



TEMPO

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.



NÃO SERÁ PERMITIDO

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátil e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

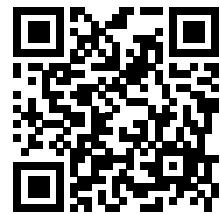
Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:
treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

GRAN
FICHA TÉCNICA DO MATERIAL
grancursosonline.com.br

Avalie nossos
simulados:



CÓDIGO:

2512057540M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
TJ MS

CARGO:

Analista Judiciário - Área fim

MODELO/BANCA:

FGV - Fundação Getúlio Vargas

EDITAL:

Pós-edital

DATA DE APLICAÇÃO:

12/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

12/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TJ MS – 1º SIMULADO – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA FIM (PÓS-EDITAL)

Língua Portuguesa
Fidelis Almeida

1

Leia o texto a seguir.

Mais que um condimento, este azeite extravirgem artesanal é uma herança líquida da tradição mediterrânea. Produzido em oliveiras centenárias no sul da Itália, com colheita manual e prensagem a frio no mesmo dia, cada garrafa é numerada, lacrada com cera e acompanhada de certificado de origem. Seu sabor frutado e levemente picante harmoniza com pratos refinados, encantando paladares exigentes. Adquirir este azeite é degustar história e fazer parte dela.

Considerando os recursos argumentativos empregados no texto, assinale a afirmativa que não identifica uma estratégia de convencimento adotada.

- (A) Apelar ao senso de pertencimento e distinção do consumidor.
- (B) Enaltecer o processo técnico de produção.
- (C) Ressaltar a embalagem sofisticada.
- (D) Apresentar o azeite como um produto associado à saúde e bem-estar.
- (E) Apresentar meios de evitar que o produto seja falsificado.

2

Entre os vocábulos terminados em -mente, aquele que possui valor adverbial é:

- (A) Justamente o funcionário faltoso foi promovido pela competência.
- (B) Naturalmente tenho razões para discordar dessa norma.
- (C) Lamentavelmente, poucos se importaram com o alerta.
- (D) Logicamente essa conclusão não se sustenta.
- (E) Modernamente, valoriza-se mais a adaptabilidade do que a inflexibilidade.

3

Considere os fragmentos textuais a seguir.

Texto I

Penso que não cegamos, penso que estamos cegos. Cegos que veem, cegos que, vendo, não veem.

Texto II

A cegueira atinge cerca de 2,2 bilhões de pessoas no mundo, sendo suas principais causas doenças não tratadas e acesso limitado a serviços oftalmológicos.

Com base na leitura dos dois textos, assinale a opção correta.

- (A) Ambos tratam a cegueira como fenômeno humano, mas apenas o texto II tem finalidade social ao informar políticas públicas.
- (B) O texto I é literário por sua linguagem metafórica; o texto II é não literário por seu caráter técnico, embora ambos partam da realidade observada.
- (C) O texto I converte um fato biológico em alegoria moral; o texto II o reduz a dado estatístico, distinguindo valor simbólico de informação objetiva.
- (D) Ambos utilizam linguagem descritiva, pois explicam causas e efeitos da cegueira, embora com estilos diferentes.
- (E) A diferença central está no público-alvo: o texto I busca o leitor comum; o texto II, o leitor especializado.

4

As frases a seguir pertencem à obra *Quarto de Despejo*, da escritora brasileira Carolina Maria de Jesus. Assinale a frase que não apresenta nenhum traço de linguagem coloquial.

- (A) “Cheguei em casa, fiz o almoço para os dois meninos.”
- (B) “Não casei e não estou descontente.”
- (C) “É que as crianças não suporta a fome.”
- (D) “E a velha não lhes dava socego.”
- (E) “Tem tantos catadores de papéis nas ruas.”

5

Assinale a opção em que se indica corretamente a tipologia textual predominante na frase.

- (A) Ao girar o microscópio, ajuste a nitidez da lente até que o invisível se torne evidente. (exposição)
- (B) O técnico verificou o painel, identificou o erro no circuito e substituiu o fusível queimado. (injunção)
- (C) A consciência é um espelho que não perdoa: devolve ao olhar o reflexo das próprias omissões. (argumentação)
- (D) Estas partículas se movimentam de modo irregular e constante, fenômeno conhecido como movimento browniano. (descrição)
- (E) A cada amanhecer, repita em voz firme: o medo não define quem você é. (narração)

6

- Assinale a opção em que se empregou corretamente um sinônimo para o termo destacado.
- (A) O relatório foi minucioso em cada etapa da pesquisa. / criterioso
 (B) O cientista buscava compreender as causas ocultas do fenômeno. / interpretar
 (C) O analista apresentou uma solução viável para o im-
passe técnico. / conveniente
 (D) O professor avaliou o desempenho dos alunos com rigor e imparcialidade. / julgou
 (E) O gestor examinou o desempenho dos servidores. / analisou

7

- Entre as frases abaixo, assinale aquela que apresenta correção quanto às normas de pontuação da Língua Portuguesa.
- (A) Ela nasceu em Curitiba, aliás em uma cidade próxima.
 (B) Não te demores que já está escurecendo.
 (C) Prometeu que viria, e nem apareceu.
 (D) Recolheu o que restou da casa mantendo consigo apenas uma fotografia.
 (E) Quando os convidados chegarem sirva o jantar.

8

- Assinale a opção em que os vocábulos seguem a correção ortográfica da Língua Portuguesa.
- (A) enfarte / mineiração
 (B) catequisador / cãibra
 (C) assertivo /atrás
 (D) abençõe / exceção
 (E) xícara / lage

9

Leia o fragmento textual a seguir.

O padre José Pedro sorriu de novo. Sabia perfeitamente que Boa-Vida estava mentindo. Há muito que ele aguardava uma oportunidade para travar relações com as crianças abandonadas da cidade. Pensava que aquela era a missão que lhe estava reservada. Já fizera umas tantas visitas ao reformatório de menores, mas ali lhe punham todas as dificuldades porque ele não esposava as ideias do diretor de que é necessário surrar uma criança para a emendar de um erro. E mesmo o diretor tinha ideias únicas sobre os erros.

(Capítães da Areia)

No fragmento da obra do escritor brasileiro Jorge Amado, o termo sublinhado cuja função sintática é distinta da dos demais é:

- (A) “O padre José Pedro”.
 (B) “Boa-Vida”.
 (C) “ele”.
 (D) “aquela”.
 (E) “o diretor”.

10

- Leia a frase a seguir, atribuída a Santo Agostinho.
- “*Não é tanto o que fazemos, mas o motivo pelo qual fazemos que determina a bondade ou a malícia.*”
- Nela, o famoso teólogo:
- (A) questiona a rigidez das noções de bem e mal.
 (B) vê a intenção moral como critério central para julgar as ações humanas.
 (C) desconsidera o valor objetivo das ações em favor de seus resultados.
 (D) defende que apenas atos concretos são passíveis de julgamento.
 (E) sustenta que todas as ações humanas são boas, desde que justificadas.

11

- As frases a seguir são de autoria de escritores brasileiros. Assinale aquela que remete a um texto bastante conhecido.
- (A) “Minha terra tem macieiras da Califórnia onde cantam gaturamos de Veneza.”
 (B) “Ser como o rio que deflui silencioso dentro da noite.”
 (C) “Que ninguém se engane, só se consegue a simplicidade através de muito trabalho.”
 (D) “Ser feliz sem motivo é a mais autêntica forma de felicidade.”
 (E) “Entre nós tudo é inconsistente, provisório, não dura.”

12

- “*Toma cuidado com o homem de um só livro.*”
- Na frase, Tomás de Aquino:
- (A) alerta para o risco pessoal de alguém se prender a uma única fonte de saber.
 (B) indica que o domínio de um só livro pode tornar alguém intelectualmente perigoso.
 (C) mostra que ler pouco torna o pensamento rígido e fechado à complexidade do saber.
 (D) sugere que a verdade se empobrece quando confinada a uma só referência.
 (E) critica o saber concentrado em uma só obra.

13

Sobre os termos “amanhecer”, “anoitecer” e “alvorecer”, assinale a opção correta quanto ao processo de formação dessas palavras.

- (A) São neologismos criados com base em onomatopeias, sem vínculo com radicais do português.
- (B) Os dois primeiros foram formados por derivação parassintética e o último, por derivação sufixal.
- (C) Derivam de radicais aos quais foram acrescidos prefixos que indicam duração, tornando-se verbos intransitivos de ação contínua.
- (D) São verbos formados por derivação sufixal, a partir de substantivos relacionados a momentos do dia, com o acréscimo do sufixo “-ecer”, que indica passagem de estado.
- (E) Foram criados por derivação imprópria, em que advérbios de tempo passaram a ser usados como verbos em contextos específicos.

14

Leia a frase a seguir.

O lobo que se disfarça de cordeiro jamais deixa de ser lobo, mas pode aprender a pastar com eles até que a fome o denuncie.

Acerca da significação ou da estrutura do enunciado acima, assinale a opção correta.

- (A) A oração “até que a fome o denuncie” apresenta valor causal, indicando que a fome é o motivo pelo qual o lobo é descoberto.
- (B) A expressão “jamais deixa de ser lobo” é um predicado verbo-nominal que revela mudança de estado.
- (C) A figura do lobo representa, no plano denotativo, a natureza selvagem reprimida pelas aparências sociais.
- (D) A expressão “pode aprender a pastar com eles” funciona como metáfora de adaptação aparente e reforça a crítica ao disfarce social.
- (E) O tempo verbal “denuncie” indica uma certeza futura, o que reforça o valor assertivo da sentença.

15

Leia o texto a seguir.

Sentado à beira do cais, ele observava o mar escuro recortado por fragmentos de luz da lua. O som ritmado das ondas quebrando nas pedras parecia sincronizar-se com sua respiração. O cheiro salgado do vento trazia lembranças há muito enterradas, e a brisa fria tocava sua pele como um antigo conhecido. Em meio ao silêncio cortado apenas pelo mar, ele não pensava em partida nem em chegada, apenas na imobilidade do instante, onde tudo parecia suspenso, como se o tempo hesitasse em avançar.

Com base no trecho, assinale a alternativa que melhor interpreta a posição e a perspectiva do observador na descrição realizada:

- (A) A posição do observador indica um estado de expectativa ansiosa, em que ele se prepara para uma partida iminente, refletida na observação contínua do mar e das ondas.
- (B) A descrição sensorial do ambiente evidencia que o observador está alheio ao presente, imerso em lembranças do passado que o impedem de perceber o agora.
- (C) O ambiente externo serve como espelho para a interioridade do observador, cuja contemplação silenciosa revela uma busca de estabilidade emocional e suspensão do tempo.
- (D) A metáfora das ondas sincronizadas com a respiração indica que o observador está tentando controlar suas emoções para enfrentar uma escolha difícil.
- (E) A posição à beira do cais e o foco na imobilidade indicam uma hesitação paralisante, marcada pelo medo de tomar decisões e seguir adiante.

Noções de Legislação

Wilson Garcia, Francion Santos, Cassiano Salim, Mário Elesbão e Ismale Noronha

16

De acordo com a Lei n. 3.310/2006, são requisitos básicos para o ingresso no serviço público, exceto:

- (A) a nacionalidade brasileira ou a estrangeira, na forma da lei.
- (B) o gozo dos direitos políticos.
- (C) a quitação com as obrigações militar e eleitoral.
- (D) o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- (E) idade mínima de 21 anos.

17

Durante um recesso forense, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul ficou temporariamente com apenas dois desembargadores em exercício, em razão do afastamento do terceiro integrante por licença médica. Decorridos vinte dias sem o retorno do magistrado, o Presidente da Câmara decidiu, de forma autônoma, pela suspensão das sessões até a recomposição do colegiado, sob o argumento de que o quórum mínimo estaria comprometido.

Diante da situação, o Conselho Superior da Magistratura interveio e determinou que as sessões da 3ª Câmara Criminal fossem realizadas conjuntamente com a 2ª Câmara Criminal, no mesmo dia e horário, no plenário desta última, assegurando a manutenção do julgamento dos feitos.

À luz do Regimento Interno do TJMS, assinale a alternativa correta.

- (A) O Presidente da Câmara agiu corretamente, pois a realização de sessões com menos de três desembargadores viola o quórum mínimo de julgamento, impondo a suspensão das atividades até o retorno do titular afastado.
- (B) O Conselho Superior da Magistratura extrapolou suas atribuições, pois a decisão sobre a reunião de Câmaras compete exclusivamente ao Órgão Especial do Tribunal.
- (C) A deliberação do Conselho Superior da Magistratura foi correta, pois, na falta de juízes por período superior a quinze dias, as sessões das Câmaras devem ser realizadas simultaneamente, no mesmo dia e horário, no plenário da outra Câmara, mediante comunicação prévia no Diário da Justiça.
- (D) A substituição de magistrado ausente nas Câmaras Criminais deve ocorrer obrigatoriamente por desembargador de Câmara Cível, observada a ordem crescente de antiguidade no tribunal.
- (E) O julgamento conjunto só seria possível após aprovação em ato normativo específico do Tribunal Pleno, não sendo competência do Conselho Superior da Magistratura determinar tal medida.

18

O Código de Ética dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Resolução n. 252/2021) estabelece diretrizes de conduta que buscam assegurar a integridade, a imparcialidade e a confiança social no serviço público. Considerando essas disposições, avalie as assertivas a seguir:

- I – O servidor deve evitar qualquer situação que possa gerar conflito de interesses, ainda que não haja comprovação de intenção ou de prejuízo concreto à Administração.
- II – A cortesia no atendimento é considerada um valor ético, mas não constitui dever funcional, uma vez que depende da disposição individual de cada servidor.
- III – A utilização de informações privilegiadas obtidas em razão das funções é vedada, mesmo quando não houver obtenção de vantagem pessoal direta.
- IV – A transparência é um princípio ético, mas pode ser dispensada sempre que o servidor considerar que sua aplicação comprometeria a eficiência administrativa.

Com base no Código de Ética, está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

19

Karina e Mônica, advogadas e sócias recém-chegadas à cidade de Campo Grande, estavam discutindo acerca da organização judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul. Mônica, acertadamente, disse à Karina que há, na Justiça do estado de MS, três entrâncias de primeiro grau e que, para uma comarca de primeira entrância ser elevava à categoria de segunda entrância, são necessários o cumprimento de alguns requisitos.

Conforme a Lei n. 1.511/1994, assinale a alternativa em que **não há** um requisito necessário a essa elevação.

- (A) Movimento forense superior a quatrocentos feitos anuais, verificado no relatório do juiz de direito diretor do foro da respectiva comarca.
- (B) População maior do que 300 mil habitantes.
- (C) Prévia correição e parecer da Corregedoria-Geral de Justiça sobre a medida.
- (D) Conveniência e oportunidade da administração.
- (E) A existência de unidade internação de adolescentes, comprovada por informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

20

De acordo com a Portaria n. 2.209, de 06 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a comunicação, recebimento e tratamento das comunicações de irregularidades no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Durante a apuração da irregularidade, o comunicante terá seus elementos de identificação preservados.
- (B) Quando a comunicação contiver em si própria informações que possam identificar o comunicante, será providenciada a sua pseudonimização.
- (C) As comunicações apresentadas com base nesta Portaria deverão ser encaminhadas, preferencialmente, por meio de sistema eletrônico específico.
- (D) Quando a análise da comunicação de irregularidade alcançar fatos sigilosos, as informações ao comunicante serão feitas de modo a que o sigilo seja preservado.
- (E) Admitida a comunicação de irregularidade pela Corregedoria do Tribunal de Justiça, esta será encaminhada ao Comitê de Compliance, que elaborará parecer e o enviará, juntamente com os demais documentos à comissão de ética ou ao órgão de apuração.

Direito Constitucional

Maria Júlia

21

O Ministério Delta implantou um sistema digital de classificação automática de servidores por “nível de risco funcional”, que utiliza dados sigilosos colhidos ao longo da carreira. Marcos, servidor efetivo, solicitou acesso aos dados referentes exclusivamente à sua pessoa, alegando que o algoritmo vinha prejudicando sua progressão funcional. O Ministério Delta respondeu que tais dados eram “sensíveis e sigilosos”, razão pela qual não poderiam ser individualmente revelados, permitindo apenas a emissão de relatório genérico sobre o funcionamento do sistema.

Diante da negativa, Marcos procura assegurar o conhecimento integral de todas as informações pessoais constantes no banco de dados.

Considerando a Constituição e o remédio constitucional cabível, é correto afirmar que:

- (A) Marcos deve impetrar mandado de segurança, pois a negativa envolve ilegalidade administrativa.
- (B) Marcos deve impetrar *habeas corpus*, pois o uso do algoritmo pode limitar sua liberdade profissional.
- (C) A via adequada é a ação civil pública, já que o banco de dados possui relevância coletiva.
- (D) Marcos pode ajuizar ação popular, porque a negativa revela violação ao princípio da publicidade.
- (E) Marcos deve impetrar *habeas data* para assegurar o acesso e eventual retificação das informações pessoais.

22

Um grupo ambientalista convocou, pelas redes sociais, uma reunião pacífica em praça pública para protestar contra o aumento de desmatamento na região. O ato seria realizado sem armas, em área aberta ao público e com duração estimada de três horas.

Entretanto, a Administração Municipal proibiu a realização do evento, alegando que não havia sido apresentada “autorização formal” e que a praça já receberia, no dia seguinte, outra manifestação previamente agendada por um grupo distinto.

Diante da negativa, os organizadores impetraram mandado de segurança.

À luz do texto constitucional, é correto afirmar que:

- (A) a Administração agiu corretamente, pois toda reunião pública precisa de autorização prévia formal.
- (B) a reunião somente pode ocorrer se o Município autorizar e designar local específico.
- (C) a proibição foi ilegítima, pois reuniões pacíficas em locais abertos ao público prescindem de autorização, exigindo-se apenas prévio aviso.
- (D) a proibição foi legítima, pois a reunião posterior agendada por outro grupo impede atos anteriores.
- (E) a reunião só pode ocorrer se garantida a presença de força policial previamente designada.

23

Em sessão da Comissão de Constituição e Justiça, discutia-se a possibilidade de particulares exigirem imediatamente a implementação de políticas ambientais previstas em dispositivo constitucional que afirma: “O Estado promoverá políticas de preservação ambiental, na forma da lei”.

Um grupo de parlamentares sustentou que tal norma permitiria cobrança judicial imediata, por conter comando suficiente para obrigar o Executivo a adotar provisões. Outro grupo alegou que, embora importante, o dispositivo não poderia ser exigido antes da atuação legislativa, porque depende de lei integradora.

Considerando a teoria da aplicabilidade das normas constitucionais, o dispositivo analisado configura:

- (A) norma de eficácia limitada, pois depende de lei para produzir efeitos concretos.
- (B) norma de eficácia contida, produzindo efeitos imediatos, mas podendo ser restringida pela lei.
- (C) norma de eficácia plena, autoexecutável e aplicável diretamente.
- (D) norma de eficácia plena com aplicabilidade reduzida pela necessidade de lei orçamentária.
- (E) norma constitucional não normativa, sem força jurídica obrigatória.

24

Em um país hipotético chamado República de Estauro, uma profunda crise institucional levou grupos civis a reivindicarem a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. O movimento, entretanto, não decorreu de consenso nacional, mas de ruptura provocada por forças militares. O governo provisório que assumiu o poder anunciou que a Constituinte “seguir-se-á à ordem jurídica vigente, respeitando todos os limites formais previstos na Constituição anterior, a fim de preservar a legalidade”.

Diversos constitucionalistas foram chamados a opinar:

- Professor Aramis afirmou que o Poder Constituinte Originário, uma vez instalado, rompe com todo o sistema jurídico anterior, não podendo ficar condicionado por requisitos formais da ordem que pretende substituir.
- Professora Lívia sustentou que, havendo ruptura por ato militar, o Poder Constituinte Originário não poderia ser exercido legitimamente, devendo seguir limites formais da Constituição anterior.
- Professor Edson afirmou que poderes de reforma podem exercer funções constituintes sempre que a ruptura não for consensual.

À luz da teoria do Poder Constituinte, assinale a alternativa correta.

- (A) Aramis está incorreto, pois o Poder Constituinte Originário deve sempre respeitar limites formais da Constituição anterior.
- (B) Lívia está correta, pois a ruptura ilegítima impede que o Poder Constituinte Originário opere com autonomia.
- (C) Edson está correto, pois o Poder Derivado pode, excepcionalmente, substituir integralmente a Constituição.
- (D) Apenas Aramis está correto ao afirmar que o Poder Constituinte Originário é inicial, autônomo e incondicionado.
- (E) Aramis e Lívia estão corretos porque ambos reconhecem a necessidade de respeitar os limites da ordem jurídica prévia.

25

O Estado de Aramar recebeu, na Assembleia Legislativa, projeto de lei estadual para criar dois novos Municípios: Nova Serra e Vale Dourado. O projeto se baseava em estudos técnicos preliminares, mas não havia previsão de consulta popular. O governador justificou que, como a reorganização territorial se refere apenas ao Estado, caberia exclusivamente à Assembleia decidir, observando a autonomia estadual prevista na Constituição.

Além disso, argumentou-se que, diante da urgência regional, seria possível editar a lei estadual imediatamente, sem aguardar a edição da Lei Complementar Federal mencionada pela Constituição.

À luz do texto constitucional, assinale a alternativa correta.

- (A) A criação de novos Municípios depende apenas de lei estadual, sendo facultativa a realização de plebiscito.
- (B) A criação de Municípios pode ocorrer mesmo sem Lei Complementar Federal, desde que haja estudos de viabilidade municipal.
- (C) A criação de Municípios exige Lei Complementar Federal que defina período e requisitos, plebiscito prévio às populações envolvidas e divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
- (D) O plebiscito é necessário, mas pode ser realizado após a promulgação da lei estadual que criar o Município.
- (E) A Constituição permite que cada Estado estabeleça livremente o processo de criação de Municípios, por força da autonomia federativa.

26

No Tribunal de Justiça do Estado Ômega, vagou um cargo destinado ao chamado “quinto constitucional”. O órgão de representação dos advogados elaborou lista sétupla com profissionais da advocacia, dentre os quais:

- Carlos, advogado com 15 anos de efetiva atividade profissional, notório saber jurídico, mas com condenação disciplinar grave recente na OAB;
- Daniela, com 12 anos de advocacia, reputação ilibada, porém sem atuação efetiva na área jurídica nos últimos 6 anos;
- Fernanda, com 11 anos de advocacia ininterrupta, sem sanções éticas e com reconhecido saber jurídico.

Após o recebimento da lista sétupla, o Tribunal formou lista tríplice e a encaminhou ao Governador do Estado, que, decorridos 45 dias, ainda não havia procedido à nomeação.

Com base na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) a exigência de mais de dez anos de atividade profissional é inconstitucional, pois fere o princípio da isonomia em relação aos juízes de carreira.
- (B) o Tribunal de Justiça atuou corretamente ao formar lista tríplice, competindo ao Governador escolher um dos nomes no prazo constitucional de vinte dias, o qual foi descumprido.
- (C) A condenação disciplinar impede, por si só, a inclusão de Carlos na lista sétupla, porque a Constituição Federal exige reputação funcional, e não apenas moral.
- (D) Daniela preenche o requisito constitucional, pois basta ter mais de dez anos de inscrição na OAB, ainda que não esteja em efetiva atividade jurídica.
- (E) o prazo de vinte dias para escolha do nome é próprio, podendo o Governador nomear a qualquer tempo, sem inconstitucionalidade.

27

Durante seminário sobre controle externo das funções essenciais à Justiça, um aluno de pós-graduação faz a seguinte afirmação sobre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP):

“O CNMP é órgão interno do Ministério Público da União, composto exclusivamente por membros de carreira do MP, cabendo-lhe apenas funções de aconselhamento administrativo. Ele não pode rever processos disciplinares, nem determinar remoção ou disponibilidade de membros do Ministério Público, sob pena de violação à autonomia funcional da instituição.”

À luz da CF/1988, pode-se concluir que a afirmação do aluno é:

- (A) apropriada, pois o CNMP não possui poderes decisórios, apenas emite recomendações sem efeito vinculante aos Ministérios Públicos.
- (B) incompatível com o texto constitucional, porque o CNMP possui composição mista, com membros do MP, do Poder Judiciário, da advocacia e cidadãos, e exerce controle administrativo, financeiro e disciplinar sobre o MP.
- (C) parcialmente adequada, pois realmente menciona a composição, mas se afasta da Constituição ao negar a possibilidade de revisão de processos disciplinares.
- (D) parcialmente aceitável, ao sugerir limites quanto à remoção e disponibilidade, mas incorre em equívoco ao tratar da revisão de processos disciplinares.
- (E) equivocada em parte, ao negar competência disciplinar, mas também ao atribuir ao CNMP natureza de órgão do Poder Judiciário.

Direito Administrativo

Vinicius Marques

28

As transformações pelas quais passou o Estado contemporâneo, especialmente após a consolidação do modelo constitucional inaugurado pela Constituição de 1988, impuseram uma reconfiguração profunda dos conceitos estruturantes que distinguem Estado, governo e Administração Pública, não apenas sob a perspectiva orgânico-institucional, mas também sob o prisma funcional, principiológico e teleológico. No plano teórico, a doutrina clássica identifica o Estado como a pessoa jurídica soberana composta por povo, território e governo, cuja finalidade é a realização do bem comum. Já o governo, entendido como o conjunto de órgãos que exercem a direção política do Estado, é responsável pela formulação das diretrizes gerais e pela condução das escolhas públicas essenciais.

A Administração Pública, por sua vez, apresenta natureza instrumental, voltada à execução concreta das atividades administrativas, mediante atuação técnica, profissionalizada e vinculada ao regime jurídico próprio do Direito Administrativo.

Considerando tais distinções conceituais e a forma pela qual a Constituição disciplina os elementos, os princípios estruturantes e os fins do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Governo e Administração Pública se confundem estruturalmente, pois ambos integram o exercício das funções políticas do Estado, razão pela qual não há distinção doutrinária relevante entre órgãos de direção política e órgãos de execução administrativa no modelo constitucional brasileiro.
- (B) A Administração Pública, enquanto expressão do poder político estatal, exerce função de direção superior, estabelecendo metas, prioridades e escolhas políticas gerais, competindo ao governo apenas a execução técnico-burocrática dessas diretrizes.
- (C) A Administração Pública, em sentido subjetivo, comprehende órgãos, agentes e entidades incumbidos da função administrativa, distinta da função política exercida pelo governo e distinta da própria personalidade do Estado, incumbida da soberania, sendo seu regime jurídico marcado pela supremacia e indisponibilidade do interesse público.
- (D) O Estado, ao estruturar-se como pessoa jurídica soberana, assume a natureza jurídico-administrativa da Administração Pública, que passa a abranger, de modo unitário, todas as atividades de governo, de legislação e de jurisdição, reforçando a inexistência de diferenciação entre função estatal e função administrativa.
- (E) A teoria geral do Estado supera os elementos povo, território e soberania, considerados pela doutrina moderna categorias meramente históricas, prevalecendo o entendimento de que a Administração Pública é o único elemento necessário à formação do Estado contemporâneo.

29

O Direito Administrativo brasileiro, enquanto ramo autônomo do Direito Público, consolidou-se historicamente como instrumento de contenção, racionalização e controle da atividade estatal, estruturando um conjunto de princípios, regras e institutos voltados à realização do interesse público com sujeição plena à Constituição. Suas fontes normativas extrapolam a legislação infraconstitucional, alcançando a própria Constituição, a jurisprudência dos tribunais superiores, os regulamentos, a doutrina e, de modo subsidiário, os princípios gerais de direito público. A organização administrativa decorrente desse arcabouço normativo comprehende tanto a Administração Direta, constituída pelos órgãos integrados aos entes federativos, quanto a Administração Indireta, formada por entidades dotadas de personalidade jurídica própria, instituídas para descentralizar atividades técnico-administrativas.

Em ambas as esferas, os órgãos públicos desempenham papel estruturante, atuando como centros de competências sem personalidade jurídica própria, mas indispensáveis à manifestação da vontade estatal.

Considerando tais premissas, assinale a alternativa correta.

- (A) O Direito Administrativo tem como fonte primária a Constituição Federal, da qual emergem princípios estruturantes, tais como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, organizando-se a Administração Direta, mediante órgãos despersonalizados que representam centros de competências, e a Administração Indireta, por entidades com personalidade jurídica própria, como autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (B) A Administração Indireta é composta exclusivamente por órgãos públicos vinculados à estrutura administrativa dos entes federados, razão pela qual suas decisões são imputadas diretamente ao Chefe do Poder Executivo, sem autonomia técnica, patrimonial ou financeira.
- (C) A doutrina contemporânea restringe as fontes do Direito Administrativo à legislação formal, afastando a Constituição, a jurisprudência e os regulamentos administrativos como elementos normativos válidos para a conformação da atuação estatal.
- (D) Os órgãos públicos, por possuírem personalidade jurídica própria, integram a Administração Indireta e atuam de forma autônoma para executar políticas públicas específicas, sendo-lhes assegurada plena capacidade processual e patrimonial.
- (E) Os princípios do Direito Administrativo, por não possuírem densidade normativa suficiente, são meras diretrizes programáticas, sem capacidade de vincular a atuação do administrador ou fundamentar controle judicial de atos administrativos.

30

O servidor Rafael Monteiro, analista judiciário do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, foi designado para compor equipe administrativa responsável por acompanhar convênios e instrumentos de cooperação celebrados entre o Estado e entidades do terceiro setor atuantes em saúde e assistência social. Em reunião interna, parte da equipe sustentou que a recente Lei Estadual n. 4.980/2024, que instituiu programa de descentralização da execução de serviços públicos não exclusivos a entidades privadas sem fins lucrativos, violaria a Constituição ao permitir que atividades sensíveis fossem desempenhadas por organizações sociais e associações civis. Argumentavam que o modelo de transferência de execução representaria verdadeira privatização de serviços públicos e supressão da participação popular no Sistema Único de Saúde, prevista no art. 198, III, da Constituição. Outro grupo, do qual Rafael fazia parte, lembrou que o STF vem admitindo modelos de gestão compartilhada e descentralizada, desde que observados os princípios da publicidade, da impessoalidade e da objetividade administrativa. Ressaltaram ainda que a utilização de entidades do terceiro setor não afasta o controle do Ministério Público e do Tribunal de Contas sobre a adequada aplicação de recursos públicos.

Após intenso debate, a assessoria técnica do TJ-MS solicitou parecer conclusivo quanto à constitucionalidade da lei estadual.

Considerando a jurisprudência consolidada pelo STF e as características jurídicas das entidades do terceiro setor, assinale a alternativa correta.

- (A) A transferência da execução de qualquer serviço público para entidades do terceiro setor viola diretamente o art. 175 da Constituição, pois representa delegação ilícita da titularidade do serviço, independentemente de ser exclusivo ou não exclusivo, tornando inconstitucional qualquer modelo de parceria com organizações sociais.
- (B) A utilização de entidades privadas sem fins lucrativos para executar atividades sociais descentralizadas é proibida, pois compromete a participação social no Sistema Único de Saúde, já que estas entidades não integram a estrutura administrativa e não estão submetidas a controle público.
- (C) A descentralização de serviços públicos por meio de parcerias com entidades do terceiro setor somente é constitucional se houver delegação formal por contrato de concessão, devendo estas entidades substituir o Estado no exercício das atividades, assumindo a titularidade e a responsabilidade direta sobre o serviço prestado.

- (D) A legislação estadual que institui programa de descentralização é inconstitucional porque confere ampla discricionariedade ao Poder Executivo para selecionar entidades sem fins lucrativos, sendo indispensável que a execução de qualquer atividade administrativa permaneça no âmbito orgânico da Administração Direta, sem possibilidade de transferência operacional.
- (E) É constitucional a descentralização da execução de serviços públicos não exclusivos para entidades do terceiro setor, desde que o processo de seleção ocorra de modo público, objetivo e impessoal, com mecanismos de controle social e fiscalização pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas, não havendo violação ao art. 198, III, da Constituição nem ao art. 175, quando não se trata de serviço exclusivo do Estado.

31

A servidora Marina Godoy, analista judiciária do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e integrante de grupo de estudos institucional sobre parcerias com entidades do terceiro setor, foi incumbida de emitir parecer interno a respeito de recentes controvérsias constitucionais relacionadas à certificação de entidades benfeitoras. Ao analisar o tema, Marina deparou-se com debates intensos sobre a constitucionalidade de disposições da Lei Complementar n. 187/2021, especialmente aquelas que instituíram contrapartidas rigorosas de natureza econômico-financeira para que entidades sem fins lucrativos pudessem usufruir da imunidade tributária relativa às contribuições para a segurança social, prevista no art. 195, § 7º, da Constituição. Representantes de organizações educacionais e assistenciais impugnaram tais dispositivos, alegando que as exigências criadas pela legislação inviabilizariam o acesso à imunidade, que, por sua natureza finalística, visa estimular atividades benfeitoras voltadas à proteção de grupos vulneráveis. Marina também identificou que a doutrina contemporânea, ao tratar do terceiro setor, enfatiza que tais entidades não se confundem com a iniciativa privada lucrativa nem com o aparelho estatal, constituindo uma categoria intermediária voltada à cooperação com o Estado na prestação de serviços de interesse público. Considerando a jurisprudência do STF sobre entidades benfeitoras, a natureza da imunidade tributária e a doutrina sobre o terceiro setor, assinale a alternativa correta.

- (A) A imunidade tributária do art. 195, § 7º, da CF/1988, por possuir natureza política e não material, pode ser ampliada, restringida ou até suprimida por lei complementar, desde que haja justificativa econômico-fiscal, não havendo limitação constitucional quanto ao conteúdo das contrapartidas exigidas das entidades.
- (B) A exigência de contrapartidas rígidas impostas pela LC n. 187/2021 não interfere na fruição da imunidade, pois esta possui caráter meramente operacional e não pode ser considerada cláusula pétreas, já que decorre de política pública variável conforme o planejamento econômico do governo.

(C) A imunidade tributária conferida a entidades benfeitoras possui caráter constitucionalmente qualificado, funcionando como instrumento de promoção de direitos sociais e proteção de grupos vulneráveis, razão pela qual eventual legislação regulamentadora não pode esvaziar sua finalidade nem impor contrapartidas que inviabilizem o exercício do direito, sob pena de violar limites materiais impostos pela Constituição.

- (D) As entidades do terceiro setor, por não integrarem a Administração Pública nem possuírem natureza estatal, não podem exercer qualquer função pública e, portanto, não fazem jus a qualquer forma de imunidade tributária, sendo-lhes assegurado apenas tratamento tributário idêntico ao das empresas privadas.
- (E) A doutrina majoritária reconhece que a imunidade do art. 195, § 7º, da CF/1988, tem por finalidade exclusiva proteger o patrimônio público estatal, não se aplicando às entidades do terceiro setor, que somente podem se beneficiar de isenções concedidas por lei ordinária.

32

O servidor João Carlos Sanches, técnico judiciário do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, está lotado há oito anos na Coordenadoria de Transportes da Corte. Embora sua designação funcional formal permaneça vinculada ao setor de logística e condução de veículos oficiais, João Carlos, por determinação reiterada da Presidência do TJ-MS, passou a desempenhar atribuições de proteção pessoal de magistrados em deslocamentos externos, acompanhamento de autoridades em eventos institucionais, bem como atividades de vigilância preventiva nas entradas e saídas do prédio-sede. Tais atividades eram exercidas de forma contínua, documentada em escala oficial e corroborada por ordens de serviço internas. Ao verificar que outros servidores diretamente vinculados à Divisão de Segurança Institucional recebiam a Gratificação de Atividade de Segurança (GAS), João requereu administrativamente o mesmo tratamento remuneratório, afirmando que, embora não esteja formalmente enquadrado na área de segurança, exerce efetivamente funções típicas de proteção institucional.

A Diretoria-Geral negou o pedido sob o argumento de que a GAS somente poderia ser paga aos servidores investidos formalmente na especialidade de segurança institucional. Inconformado, João interpôs recurso administrativo, citando recente precedente do STJ que flexibilizou o critério formal de lotação.

Considerando o regime jurídico dos agentes públicos, a natureza das gratificações de atividade e a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

- (A) A gratificação de atividade de segurança possui caráter exclusivamente institucional e pressupõe vínculo formal com o setor de segurança; logo, o exercício eventual de atribuições correlatas, ainda que documentado, não autoriza o pagamento da GAS a servidores lotados em outros setores, sob pena de violação ao princípio da legalidade estrita.

- (B) A percepção da GAS depende de enquadramento formal do servidor na carreira específica de segurança, sendo irrelevante a demonstração fática do exercício de atividades de proteção institucional, já que gratificações específicas não admitem interpretação ampliativa.
- (C) O servidor tem direito à GAS quando comprovar que, ainda que lotado formalmente em setor distinto, desempenha de forma efetiva e contínua atribuições relacionadas à segurança institucional, em conformidade com o entendimento do STJ, que prioriza a natureza das atividades exercidas sobre o enquadramento formal.
- (D) A GAS somente pode ser paga mediante expressa autorização legislativa para cada caso concreto, sendo vedada a extensão administrativa ou judicial da gratificação com fundamento em interpretação juríprudencial, sob pena de afronta ao princípio da separação dos poderes.
- (E) A designação informal para atividades de segurança, ainda que reiterada, não gera qualquer efeito jurídico para fins remuneratórios, pois o princípio da legalidade impede qualquer forma de reconhecimento de gratificação sem prévio enquadramento funcional legalmente previsto.

33

A servidora Laura Ribeiro, analista judiciária do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, foi aprovada em concurso público há doze anos e atualmente exerce funções técnicas na Coordenadoria de Recursos. Em virtude de seu desempenho e formação acadêmica avançada em Direito Público, foi convidada para ocupar o cargo em comissão de assistente jurídico de desembargador, função que exige elevada qualificação, análise jurídica complexa e atuação consultiva em demandas processuais. Após a publicação de sua nomeação, um grupo de servidores apresentou representação administrativa alegando suposto nepotismo, pois Laura é prima em segundo grau de um juiz de direito integrante do mesmo tribunal, embora não vinculada à sua unidade jurisdicional. A representação sustentava que qualquer nomeação de servidor com parentesco com magistrado representaria violação aos princípios da moralidade e imparcialidade, sendo irrelevante o fato de Laura ser servidora efetiva, possuir formação compatível e não atuar sob subordinação direta do parente. A Presidência do TJ-MS solicitou parecer jurídico à Assessoria Especial, que identificou recente precedente do STF envolvendo situação semelhante no Tribunal de Justiça de São Paulo. Considerando a jurisprudência constitucional e o regime jurídico dos agentes públicos, assinale a alternativa correta.

(A) A nomeação é inconstitucional, pois o parentesco em qualquer grau entre servidor e magistrado impede o exercício de cargo em comissão no mesmo tribunal, independentemente da ausência de subordinação direta ou da existência de qualificação técnica adequada.

- (B) A nomeação é constitucional, pois servidores efetivos admitidos por concurso público podem ocupar cargos em comissão dentro do Judiciário, ainda que parentes de magistrados, desde que não haja subordinação direta e haja compatibilidade entre sua qualificação profissional e a complexidade das atribuições do cargo comissionado.
- (C) A nomeação é permitida apenas se o servidor renunciar ao vínculo efetivo e assumir exclusivamente o cargo em comissão, eliminando eventual vinculação administrativa com magistrados com os quais possua parentesco.
- (D) A nomeação é vedada porque a Súmula Vinculante nº 13 impede qualquer forma de nepotismo no Poder Judiciário, independentemente da natureza do cargo ocupado ou da condição funcional prévia do servidor.
- (E) A nomeação é inválida, pois cargos em comissão no Poder Judiciário exigem ausência absoluta de vínculos familiares com qualquer magistrado, sob pena de violação automática aos princípios da moralidade e da isonomia.

34

O servidor Carlos Henrique Murad, técnico judiciário do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, com quinze anos de efetivo exercício e histórico funcional sem punições anteriores, atuava na Secretaria da 4ª Vara Cível. Durante auditoria interna, verificou-se que Carlos deixou de cumprir, por negligência reiterada, diversos prazos internos de movimentação processual, ocasionando atraso significativo no andamento de mais de quarenta feitos e prejuízo mensurável à prestação jurisdicional. Em razão da demora, partes interessadas peticionaram ao juiz da unidade, que determinou a instauração de processo administrativo disciplinar.

No curso do PAD, ficou comprovado que o servidor deixou de praticar atos funcionais essenciais, embora não houvesse dolo ou intenção de causar dano. Por outro lado, não houve qualquer indício de aplicação irregular de recursos, lesão ao Erário ou conduta tipificada entre as hipóteses de demissão previstas na Lei n. 3.310/2006. A comissão processante sugeriu a aplicação de suspensão de sessenta dias, considerando a gravidade dos atrasos, o impacto para a secretaria, a reincidência em advertências verbais previamente registradas em relatório de chefia e o art. 181, I e II, da Lei n. 3.310/2006. Apesar de receber o relatório, a Presidência do TJ-MS solicitou parecer final da Assessoria de Gestão de Pessoas quanto à adequação da penalidade.

Considerando as regras estatutárias, a graduação das penas e os critérios de aplicação previstos na Lei n. 3.310/2006, assinale a alternativa correta.

- (A) A penalidade aplicável deve ser exclusivamente a advertência por escrito, pois condutas relacionadas ao atraso de tarefas internas jamais configuram falta grave, independentemente da quantidade de processos prejudicados ou da reincidência do servidor.

- (B) A aplicação da suspensão é inviável, pois somente hipóteses com dolo grave ou lesão efetiva ao Erário autorizam penalidade diversa da advertência, devendo eventual negligência reiterada ser tratada por medidas administrativas internas, e não por sanção disciplinar formal.
- (C) A penalidade correta seria a demissão, já que o atraso reiterado na prática de atos funcionais constitui conduta equiparável à dilapidação do patrimônio público e revela incompatibilidade ética absoluta para o exercício do cargo.
- (D) A suspensão é a penalidade adequada, pois o Estatuto (art. 181, I e II) prevê sua aplicação nos casos de falta grave ou reincidência em conduta já punida com advertência, devendo ser observados a natureza e a gravidade da infração, os danos ao serviço público e os antecedentes funcionais, conforme art. 179 da Lei nº 3.310/2006.
- (E) Deve ser aplicada a pena de multa automaticamente, com conversão obrigatória da suspensão em penalidade pecuniária, já que o § 2º do art. 181 estabelece a conversão como medida prioritária e preferencial, independentemente da conveniência administrativa.

Direito Civil

Maryanne Abreu

35

- À luz das disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.
- (A) A lei revogada volta a produzir efeitos quando a lei revogadora perde a vigência, salvo se houver incompatibilidade material com a nova ordem jurídica.
- (B) A lei brasileira, quando admitida sua obrigatoriedade em Estados estrangeiros, inicia sua vigência três meses após a publicação oficial, salvo disposição legal em contrário.
- (C) Quando houver omissão legislativa, o juiz decidirá o caso exclusivamente com base nos princípios gerais do direito, vedada a utilização de analogia ou costumes.
- (D) O regime de bens no casamento obedece obrigatoriamente à lei brasileira sempre que o casamento for celebrado no território nacional, independentemente do domicílio dos nubentes.
- (E) O penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver a coisa a ser empenhada.

36

- Acerca dos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta.
- (A) A disposição do próprio corpo, ainda que implique diminuição permanente da integridade física, é válida quando realizada mediante autorização expressa e voluntária da pessoa, independentemente de exigência médica.
- (B) O uso do nome civil de alguém em propaganda comercial depende exclusivamente de autorização tácita do titular, desde que não cause dano moral.
- (C) A proteção ao pseudônimo adotado para fins lícitos é inferior à conferida ao nome civil, limitando-se aos casos expressamente previstos em lei especial.
- (D) A divulgação da imagem de pessoa viva pode ser proibida judicialmente se houver violação à honra, à boa fama ou à sua respeitabilidade, salvo quando destinada à administração da justiça ou à preservação da ordem pública.
- (E) Uma vez realizado o ato de disposição altruística e gratuita do próprio corpo esse não pode ser revogado.

37

Marcos desejava adquirir um carro seminovo e procurou a concessionária AutoPrime. O vendedor, sabendo que o veículo havia sofrido perda total em acidente grave e posteriormente fora reconstruído, omitiu intencionalmente essa informação, embora tivesse plena ciência de que tal fato desvalorizava substancialmente o bem. Durante a negociação, Marcos perguntou expressamente sobre a origem do veículo, ao que o vendedor respondeu apenas que o carro estava “em perfeitas condições de uso”. Convencido, Marcos concluiu a compra.

Ao tentar revender o automóvel meses depois, descobriu o histórico ocultado e ajuizou ação buscando anular o contrato.

Considerando as normas do Código Civil sobre defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- (A) A situação caracteriza erro substancial, e não dolo, pois Marcos acreditou na declaração positiva do vendedor, sem que houvesse ocultação de informação relevante.
- (B) Trata-se de dolo accidental, pois o negócio seria celebrado de qualquer forma, apenas em condições mais vantajosas ao comprador.
- (C) A conduta do vendedor configura omissão dolosa, tornando o negócio anulável, desde que demonstrado que o silêncio foi determinante para a celebração do contrato.
- (D) Ainda que a omissão seja comprovada, o negócio não pode ser anulado, cabendo apenas indenização, pois a reconstrução do veículo não constitui fato essencial apto a influenciar a declaração de vontade.
- (E) Como o vendedor e o comprador não actuaram com dolo simultâneo, Marcos somente pode pleitear a revisão do preço, e não a anulação do negócio jurídico.

38

- Com base nas normas do Código Civil relativas à extinção das servidões, assinale a alternativa correta.
- A servidão regularmente registrada se extingue automaticamente pelo decurso de dez anos de não uso, produzindo efeitos perante terceiros independentemente de cancelamento registral.
 - A reunião dos dois prédios no domínio da mesma pessoa extingue a servidão, conferindo ao proprietário do prédio serviente o direito de requerer o cancelamento do registro mediante prova da consolidação.
 - A renúncia do titular da servidão produz efeitos imediatos e independentes de cancelamento do registro, ainda que o prédio dominante esteja hipotecado.
 - Se a servidão constar do título hipotecário do prédio dominante, o cancelamento poderá ocorrer sem a participação do credor hipotecário, desde que haja utilidade residual para o serviente.
 - O resgate da servidão pelo dono do prédio serviente constitui causa de extinção apenas quando previamente homologado por decisão judicial, não produzindo efeitos por simples acordo privado.

39

- Acerca dos alimentos, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é correto afirmar que:
- não é possível a realização de acordo com a finalidade de exonerar o devedor do pagamento de alimentos devidos e não pagos.
 - o valor recebido a título de horas extras não integra a base de cálculo da pensão alimentícia fixada em percentual sobre os rendimentos líquidos do alimentante.
 - na execução de alimentos, pode o juiz liberar o devedor da prisão com base na teoria do adimplemento substancial, caso tenha sido realizado pagamento considerável do débito.
 - o inadimplemento dos alimentos compensatórios autoriza a prisão civil por dívida.
 - em execução de alimentos devidos a filho menor de idade, é possível o protesto e a inscrição do nome do devedor em cadastros de proteção ao crédito.

40

Sobre o dano moral, julgue os itens a seguir:

- A pessoa jurídica pode sofrer dano moral.
- É lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral.
- Condomínio pode sofrer dano moral.

Está correto apenas o que se afirma em:

- I, apenas.
- I e II.
- II, apenas.
- I e III.
- I, II e III.

41

- Acerca da tomada de decisão apoiada, prevista no Código Civil, assinale a alternativa correta.
- A tomada de decisão apoiada somente pode ser requerida por terceiros legitimados, tais como familiares ou o Ministério Pùblico, sendo vedado que a própria pessoa com deficiência inicie o procedimento.
 - As decisões tomadas pela pessoa apoiada terão eficácia apenas entre as partes do negócio jurídico, não produzindo efeitos perante terceiros, mesmo que observados os limites do apoio ajustado.
 - O apoiador que exercer pressão indevida ou agir com negligéncia será automaticamente destituído, independentemente de manifestação judicial.
 - A pessoa com deficiência deve indicar pelo menos duas pessoas idôneas para atuar como apoiadores, com as quais mantenha vínculo e confiança, devendo ser apresentado termo que estabeleça os limites e compromissos do apoio.
 - Havendo divergência entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores em qualquer tipo de negócio jurídico, a solução do conflito caberá obrigatoriamente ao Ministério Pùblico, que decidirá de forma vinculante.

Direito Processual Civil

Lídia Marangon

42

Sobre as teorias da ação, a jurisprudência do STJ adota a teoria denominada:

- teoria imanentista
- teoria eclética.
- teoria concreta.
- teoria da asserção.
- teoria abstrata.

43

O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.

O enunciado acima refere-se:

- ao *Amicus Curiae*.
- à denunciaçào da Lide
- ao Chamamento ao Processo.
- ao Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.
- à Assistênciá Litisconsorcial.

44

- A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de:
- (A) prazo em dobro apenas para recorrer.
 (B) prazo em dobro para todas as suas manifestações, salvo quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
 (C) prazo simples para todas as suas manifestações.
 (D) prazo em quádruplo para recorrer e em dobro para contestar.
 (E) prazo em quádruplo para todas as suas manifestações.

45

- O pedido deve ser certo. Compreendem-se no principal:
- (A) os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios.
 (B) somente os juros legais e a correção monetária.
 (C) somente os juros legais.
 (D) somente a correção monetária.
 (E) somente as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios.

46

- É correto afirmar que depois da contestação:
- (A) só é lícito ao réu deduzir novas alegações quando relativas a direito ou a fato superveniente.
 (B) só é lícito ao réu deduzir novas alegações quando competir ao juiz conhecer delas de ofício.
 (C) não é lícito ao réu deduzir novas alegações, em nenhuma hipótese.
 (D) só é lícito ao réu deduzir novas alegações quando relativas a direito ou a fato superveniente; competir ao juiz conhecer delas de ofício; e por expressa autorização legal, puderem ser formuladas em qualquer tempo e grau de jurisdição.
 (E) só é lícito ao réu deduzir novas alegações quando por expressa autorização legal, puderem ser formuladas em qualquer tempo e grau de jurisdição.

47

- Sobre o impedimento e suspeição do juiz, assinale a alternativa incorreta.
- (A) No prazo de 30 (trinta) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo.
 (B) Quando 2 (dois) ou mais juízes forem parentes, sanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro, inclusive, o primeiro que conhecer do processo impede que o outro nele atue.
 (C) Não se aplicam os motivos de impedimento e de suspeição ao membro da Defensoria Pública.

- (D) Há suspeição do juiz interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.
 (E) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo de que conheceu em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão.

48

- Sobre os auxiliares da justiça, assinale a alternativa incorreta.
- (A) Incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria redigir, na forma legal, os ofícios, os mandados e, as cartas precatórias.
 (B) No impedimento do escrivão ou chefe de secretaria, o juiz convocará substituto e, não o havendo, nomeará pessoa idônea para o ato.
 (C) Incumbe ao oficial de justiça executar as ordens do juiz a que estiver subordinado, inclusive prisões.
 (D) Incumbe ao escrivão certificar, em mandado, proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes.
 (E) O escrivão ou o chefe de secretaria atenderá, preferencialmente, à ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.

Direito Penal

Lucas Palhares

49

Em 2022, João foi condenado por crime previsto em lei penal especial, com pena de 2 anos de reclusão. Em 2024, a lei foi alterada, deixando de prever tal conduta como crime. O processo estava com sentença transitada em julgado. O Ministério Público sustenta que a execução deve continuar, pois a sentença é definitiva. À luz da aplicação da lei penal no tempo, assinale a alternativa correta.

- (A) A sentença deve ser mantida, pois a lei nova não retroage para alcançar coisa julgada.
 (B) A execução deve ser extinta, pois a lei penal mais benéfica retroage mesmo após o trânsito em julgado.
 (C) A execução deve ser mantida, pois somente leis do Código Penal podem retroagir.
 (D) A sentença deve ser revista somente se o condenado ingressar com revisão criminal.
 (E) A pena deve ser reduzida pela metade, aplicando-se analogia *in bonam partem*.

50

Pedro, com intenção de ferir Marcos, desfere um soco que o faz cair no chão. Ao cair, Marcos bate a cabeça, sofre traumatismo grave e morre. O Ministério Público denuncia Pedro por homicídio doloso. A defesa sustenta que o resultado morte não foi desejado pelo agente. Considerando as disposições do Código Penal e a jurisprudência, assinale a alternativa que indica a classificação jurídica correta do fato.

- (A) Homicídio culposo, pois Pedro não desejou a morte.
- (B) Lesão corporal seguida de morte.
- (C) Homicídio qualificado pelo resultado, em razão da intenção inicial de lesionar.
- (D) Homicídio doloso, pois Pedro assumiu o risco.
- (E) Lesão corporal dolosa simples, pois o resultado morte é atípico.

51

Ana, caminhando à noite, vê uma pessoa correndo em sua direção com um objeto brilhante na mão. Acreditando tratar-se de uma faca, desfere um golpe com um pedaço de madeira, derrubando a pessoa. Depois, descobre que o objeto era um celular. O MP oferece denúncia por lesão corporal dolosa.

Assinale a alternativa que melhor qualifica essa situação.

- (A) Ana incorreu em erro de tipo essencial, que exclui o dolo e a culpa.
- (B) Ana agiu em legítima defesa real.
- (C) Ana agiu em discriminante putativa por erro de tipo permissivo, podendo responder culposamente se previsto.
- (D) Ana incorreu em erro de proibição, pois desconhecia a ilicitude da conduta.
- (E) Ana praticou fato atípico, ainda que o perigo fosse imaginário.

52

Um agente tenta subtrair dinheiro de um caixa eletrônico já totalmente vazio, sem que soubesse desse fato. Após arrombar o equipamento, é preso em flagrante. Sobre o enquadramento penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O agente responde por tentativa de furto, pois praticou atos inequívocos.
- (B) O fato é atípico, pois se trata de crime impossível por absoluta improriedade do objeto.
- (C) Responde por roubo tentado.
- (D) Responde por furto consumado, pois o rompimento de obstáculo consuma o crime.
- (E) Trata-se de desistência voluntária, pois o agente não prosseguiu na execução.

53

Júlia, maior de 18 anos, oferece gratuitamente pequena quantidade de maconha à sua amiga de 16 anos, em ambiente privado, apenas para consumo pessoal da adolescente. Não há comprovação de tráfico.

Considerando o conflito de normas, assinale a alternativa correta.

- (A) Júlia responde por tráfico de drogas privilegiado, em razão da quantidade ínfima.
- (B) Júlia responde apenas pelo art. 33, § 3º, da Lei n. 11.343/2006 (oferecer droga para consumo conjunto).
- (C) Júlia responde pelo crime do art. 33, *caput*, pois sempre que envolver menor há tráfico.
- (D) Júlia responde por corrupção de menores (ECA), devendo ser absorvido o delito de drogas.
- (E) Júlia responde pelo art. 33, § 1º, II (fornecimento a criança ou adolescente), norma especial e mais gravosa.

54

Rogério, caminhando à noite em sua chácara, avista uma figura humana ao lado do seu galinheiro. Acreditando tratar-se de um ladrão que já havia furtado seus animais anteriormente, atira em direção ao indivíduo, que morre no local. Posteriormente, descobre-se que se tratava de seu vizinho, que fora até a chácara para ajudar a conter um incêndio iniciado na vegetação próxima. Rogério, no momento do disparo, tinha convicção sincera de estar repelindo injusta agressão, embora não houvesse agressão alguma.

À luz da teoria do erro em Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Rogério incorre em erro de proibição, pois acreditava estar autorizado a agir, devendo responder por homicídio doloso, com eventual redução de pena.
- (B) Rogério incorre em erro sobre a pessoa, respondendo como se tivesse matado o suposto ladrão que imaginava.
- (C) Rogério incorre em erro de tipo essencial, o que afasta o dolo; se previsível o erro, responderá por homicídio culposo.
- (D) Trata-se de discriminante putativa por erro de tipo, o que exclui a ilicitude e torna a conduta atípica.
- (E) Trata-se de discriminante putativa por erro de proibição, hipótese em que o agente responde por homicídio doloso, pois o erro não afasta o dolo.

Direito Processual Penal**Renato Pulz****55**

Sobre o Termo Circunstaciado de Ocorrência, assinale a alternativa incorrecta conforme a legislação e a jurisprudência.

- (A) É um procedimento simplificado destinado a apurar infrações penais de menor potencial ofensivo.
- (B) Não tem natureza jurídica de ato investigativo.
- (C) Pode ser realizado somente pela polícia judiciária.
- (D) Polícia Rodoviária Federal pode lavrar termo circunstaciado de ocorrência.
- (E) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstaciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

56

O Delegado de Polícia Civil determinou a instauração de inquérito, após receber a notícia da suposta prática do crime de furto qualificado pela subtração for de fios e cabos utilizados para fornecimento ou transmissão de energia elétrica (art. 155, § 8º, do CP). Crime de ação penal pública incondicionada.

Apesar das diversas diligências, não foi possível apurar a autoria delitiva, o que constou no relatório elaborado pelo delegado de polícia.

Sobre o arquivamento do Inquérito policial, marque a alternativa correta, conforme a legislação e a jurisprudência.

- (A) O Delegado poderá mandar arquivar o Inquérito Policial.
- (B) Se o Ministério Público requerer o arquivamento do inquérito policial, o juiz é obrigado a acatar o pedido, não havendo possibilidade de revisão por instância superior do próprio órgão ministerial.
- (C) Se a vítima, ou seu representante legal, não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de trinta dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.
- (D) O STF concordou com a alteração promovida do art. 28 do CPP que retirou a necessidade de manifestação judicial no arquivamento do inquérito policial.
- (E) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas.

57

Acerca do regramento de impedimentos e suspeição, de acordo com o Código de Processo Penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz estará impedido se no processo tiver funcionado seu sogro como advogado.
- (B) Se o magistrado participou como membro do Ministério Público no processo em instância anterior estará suspeito.
- (C) Se tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão ficará suspeito.
- (D) O juiz dar-se-á por impedido se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles.
- (E) Se for credor ou devedor de qualquer das partes o membro do Ministério Público estará impedido.

58

Durante investigação policial, descobre-se que João praticou um furto em São Paulo. Meses depois, também se verifica que, no mesmo dia e horário, Pedro praticou outro furto, porém no Rio de Janeiro. Em razão de informações obtidas nos autos, percebe-se que João e Pedro não agiram em conjunto, mas parte da prova relativa ao furto praticado por João é essencial para esclarecer a autoria do furto cometido por Pedro.

Diante dessa situação hipotética e de acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de hipótese de continência subjetiva, impondo-se a reunião obrigatória dos processos no juízo de São Paulo.
- (B) A situação configura conexão intersubjetiva por simultaneidade, impondo-se a reunião obrigatória dos processos no juízo do local da primeira infração.
- (C) O caso revela conexão probatória, admitindo-se a reunião dos processos, desde que não cause prejuízo à duração razoável do processo ou à ampla defesa.
- (D) Trata-se de continência objetiva, impondo-se a reunião dos processos no juízo do local em que ocorreu o fato mais grave.
- (E) A reunião dos processos é obrigatória sempre que houver conexão, ainda que possa acarretar excessiva complexidade ou retardamento processual.

59

Durante investigação acerca de organização criminosa, a autoridade policial obtém, sem ordem judicial, mensagens extraídas do telefone celular de um dos investigados, que havia sido apreendido em flagrante. As mensagens são posteriormente utilizadas pelo Ministério Público para oferecer denúncia contra outros integrantes do grupo, justificando-se que o investigado consentiu em entregar a senha do aparelho, dispensando controle judicial.

Considerando as regras constitucionais e processuais penais sobre prova, assinale a alternativa correta.

- (A) As mensagens são válidas, pois, havendo prisão em flagrante, a autoridade policial pode acessar o conteúdo do celular independentemente de ordem judicial.
- (B) A prova é válida se houver o consentimento do investigado, específico e prestado de forma livre e inequívoca.
- (C) A prova é válida porque envolve apenas dados armazenados em dispositivo móvel, não alcançados pela proteção do sigilo das comunicações.
- (D) Trata-se de prova ilícita, pois o acesso ao conteúdo de celular sempre exige ordem judicial, sendo irrelevante o consentimento do investigado.
- (E) Se considerarmos que o celular do suspeito foi achado no local do crime, mesmo assim não é possível ao acesso aos dados do possível criminoso.

60

Sobre o tema prisões, conforme as disposições do Código de Processo Penal, marque a alternativa correta.

- (A) Qualquer do povo deve realizar a prisão em flagrante se presenciar um crime.
- (B) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- (C) Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 48 horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia.
- (D) Será admitida a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a quatro anos.
- (E) O juiz poderá decretar a prisão preventiva de ofício.



1º Simulado

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul

Analista Judiciário - Área fim (Pós-edital)

FOLHA DE RESPOSTAS

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine AGORA a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a Assinatura Ilimitada X do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante
ilimitado agora